



**SERVIÇO  
MILITAR**

# **AS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS**

**Números e Tendências**

*Research Brief*



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL



**RECURSOS  
DA DEFESA**

Direção-Geral de Recursos  
da Defesa Nacional



# Índice

## **1 01. Introdução**

## **2 02. Os Efetivos Militares**

3 Evolução dos efetivos militares quanto ao sexo

5 Evolução dos efetivos: os três ramos das FA

6 Evolução dos efetivos: as diferenças entre o tipo de prestação de serviço

8 Evolução dos efetivos: as diferenças entre as categorias

11 Comparação internacional

16 Militares ao serviço

## **19 03. Conclusão**

## **20 04. Bibliografia**

---

## Ficha Técnica

### **Autor**

Cláudio Costa Reis

### **Coordenação Técnica**

António Ideias Cardoso

### **Coordenação Geral**

Alberto Rodrigues Coelho  
Vítor Borlinhas

### **Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional**

Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar  
Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares  
Av. Ilha da Madeira, nº 1 – 4º Piso  
1400-204 Lisboa, Portugal  
[www.dgrdn.pt](http://www.dgrdn.pt)

## Introdução

O estudo e monitorização das características sociodemográficas de uma população consubstancia-se como basilar para a compreensão dos fenómenos sociais que com esta se interligam, facto que assume a mesma importância quando a lente de observação se focaliza num grupo ou classe social ou profissional. As Forças Armadas (FA) não são exceção, e a compreensão das características que constituem os seus militares permite a identificação das potencialidades, fluxos e desafios inerentes a essa profissão.

A participação de mulheres na profissão castrense possui como marco primordial o ano de 1961 em que um grupo de enfermeiras paraquedistas da Força Aérea foi destacado para a Guerra do Ultramar. Desde essa data, e com um importante marco na década de 90 em que as academias militares permitiram a entrada das mulheres, tem havido uma gradual e progressiva integração em praticamente todas as áreas do serviço militar.

Objetivando demonstrar e aprofundar o conhecimento desta integração, este artigo sintetiza os dados existentes sobre as mulheres nas FA, traçando a situação atual e os contornos evolutivos nas últimas décadas. Os dados sobre os efetivos serão apresentados, onde adequado, discriminando os ramos das FA (Marinha, Exército e Força Aérea) e o tipo de prestação de serviço. Para este último será considerado: serviço efetivo nos quadros permanentes (QP) que corresponde à prestação de serviço pelos cidadãos que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontrem vinculados às FA com carácter de permanência; o serviço efetivo em regime de voluntariado e regime de contrato (RV/RC) correspondente à prestação de serviço militar voluntário por parte dos cidadãos durante um período de tempo limitado, com vista à satisfação das necessidades das FA (LSM, 1999). Os dados sobre os efetivos que serão posteriormente apresentados focam os militares ao serviço, pelo que excluem os militares do QP na reserva fora da efetividade de serviço.

Complementa-se esta informação através de uma comparação internacional com os países pertencentes à Organização do Tratado do Atlântico Norte (a sigla em português é OTAN, mas doravante será referida pela sigla inglesa NATO devido à sua maior disseminação pela sociedade) e com algumas perceções de satisfação organizacional detidas pelos militares ao serviço.

## Os Efetivos Militares

A 31 de dezembro de 2019, as FA contavam com 3178 militares do sexo feminino no serviço ativo. Proporcionalmente, contabilizavam 12,0% de todos os militares no ativo. Isto significa que por cada mulher ao serviço nas FA existem aproximadamente sete homens. O Exército é o ramo que possui o maior número de militares do sexo feminino ao serviço, com 1336, seguido pela Força Aérea com 950 e pela Marinha com 892. No entanto, como o número total de militares em cada ramo é bastante diferente entre si, ao analisar a proporção de militares

do sexo feminino face ao total de militares verifica-se que: a Força Aérea é o ramo com maior representação de mulheres, 16,9% do total de militares; segue-se a Marinha com 11,0% de militares do sexo feminino; e o Exército com 10,4% de militares do sexo feminino. Relativamente ao tipo de prestação de serviço, existem no QP um total de 1722 mulheres e no RV/RC um total de 1456. Observando agora a distribuição por categoria, 1131 destas militares são Oficiais, 787 são Sargentos e 1260 pertencem à categoria de Praças.

Gráfico 1

### A EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS MILITARES DO SEXO FEMININO AO LONGO DO TEMPO

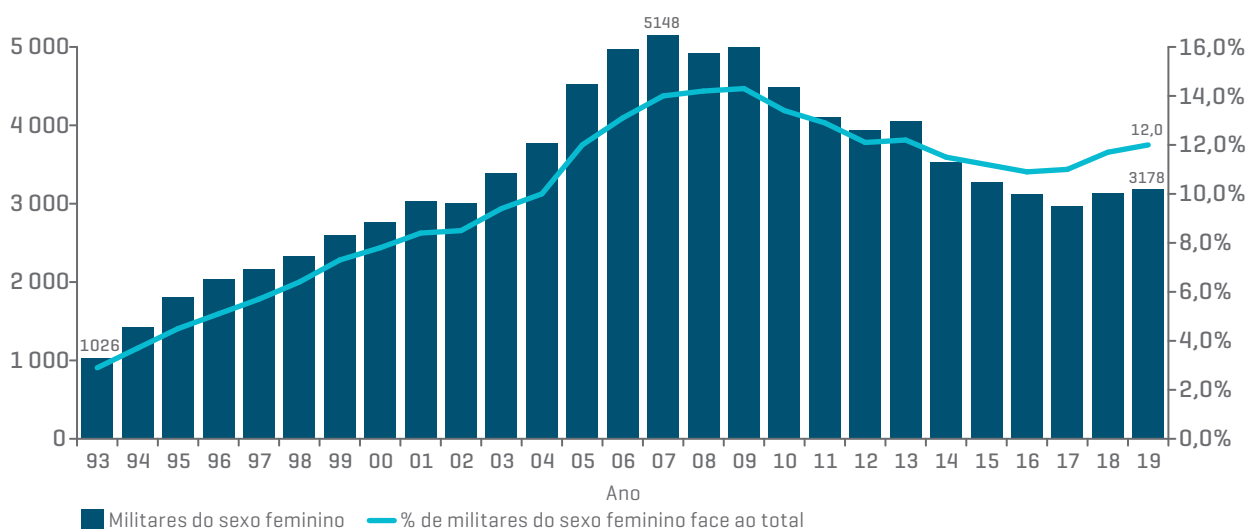
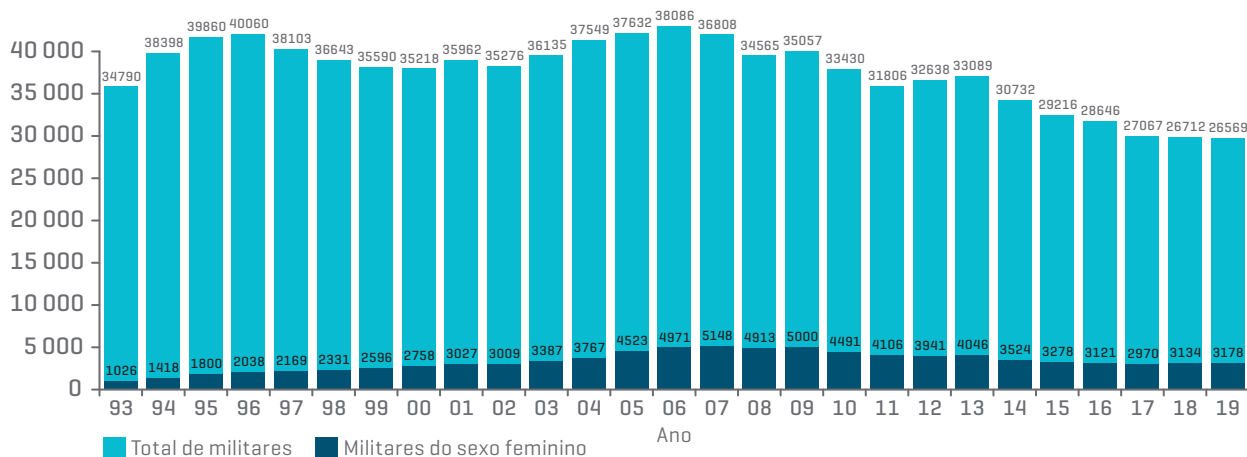


Gráfico 2

### A PROPORÇÃO DE MILITARES DO SEXO FEMININO NO TOTAL DE EFETIVOS DAS FA, AO LONGO DO TEMPO



Fonte: DGRDN – Ministério da Defesa, 2020

## Evolução dos efetivos militares quanto ao sexo

Uma abordagem longitudinal dos últimos 27 anos permite observar um claro aumento do número de militares do sexo feminino, sendo que no ano de 2019 existiam três vezes mais mulheres [3178] nas FA do que no ponto de partida, em 1993 [1026], o que demonstra uma conquista de espaço da profissão militar junto da população do sexo feminino. Através do gráfico 1 é possível ainda verificar que, na globalidade, a tendência foi de um aumento contínuo ao longo do tempo, atingindo o seu máximo em 2007 [5148 militares do sexo feminino no ativo]. No entanto, em 2010, verificou-se um decréscimo no número total de mulheres nas FA, tendência que continuou até 2017, havendo sinais de alguma recuperação nos anos de 2018 e 2019.

A visualização, em percentagem, do número de militares do sexo feminino no total das FA é também apresentada no mesmo gráfico. Assumindo a mesma comparação longitudinal, em 1993 este número era de 2,9%, sendo atualmente de 12,0%. Isto significa que não só as mulheres aumentaram de número, como também aumentaram o “espaço” que ocupam na instituição já que agora tem uma maior presença percentual na mesma. O máximo atingido foi de 14,3% em 2009 e o mínimo após este pico foi de 10,9% em 2016. Na verdade, embora o número de mulheres tenha aumentado cerca de três vezes face ao início do período de comparação, o espaço que conquistaram na instituição aumentou quatro vezes – isto acontece porque as FA, no global, decresceram consideravelmente de efetivo ao longo do período em análise (ver gráfico 1).

As flutuações verificadas, e o decréscimo dos últimos anos poderão começar a ser explicados com a análise da evolução do total de efetivos das FA, por sua vez plasmada no gráfico 2. Denote-se que o número total de militares engloba apenas os do Quadro-Permanente (QP) no ativo, e do Regime de Voluntariado (RV) e de Contrato (RC), excluindo os militares em Serviço Efetivo Normal (SEN) existentes até 2004 e os militares na situação de Reserva. Um foco de análise temporalmente tão abrangente como o gráfico 2, permite verificar grandes mudanças na estrutura de efetivos das FA, que surtiram efeitos em diversos níveis, como será argumentado ao longo do artigo.

Nesta conjectura macro, é necessário identificar quatro grandes períodos que ocorreram no espaço de tempo em análise:

1. as FA organizadas segundo um modelo de serviço militar baseado na conscrição em que o recrutamento assentava no Serviço Militar Obrigatório (SMO). Embora seja um período de grandes flutuações do total de efetivos, o número de militares do sexo feminino cresce consistentemente. No final deste período existem 2,5x mais mulheres nas FA do que no início;
2. o período transitório que marcou o final do SMO, englobou o Serviço Efetivo Normal – SEN [cujos efetivos se excluem desta análise], e decorreu entre 2000 e 2004. Volta-se a verificar um aumento até 2006, essencialmente baseado no aumento do número de militares em RV/RC. À semelhança do período anterior, o número de militares do sexo feminino continua a crescer gradualmente. Entre 2000 e 2006 o número de mulheres nas FA aumentou 80,2%. Para comparação, no período análogo, o número de homens nas FA aumentou apenas 2,0%;
3. a crise económica de 2007-2008 e posterior intervenção da “Troika” de 2011 a 2014, que iniciou uma recessão com consequências em todas as esferas da sociedade. De 2007 a 2013 as FA diminuíram o número de efetivos no ativo em 10,1%, tendo esta diminuição provocado uma descida de 8,3% no total de militares do sexo masculino e uma descida de 21,4% no total de militares do sexo feminino. Não é visível nos gráficos anteriores, mas o grande decréscimo ocorreu nos militares do RV/RC e pouco impactou os militares do QP, o que justifica esta diferença aqui apresentada e que será desconstruída numa próxima secção deste artigo;
4. a reforma “Defesa 2020” que previu um redimensionamento das Forças Armadas para um efetivo global entre 30000 e 32000 militares, excluindo militares na reserva fora da efetividade de serviço, foi aprovada em 2013 surtindo efeitos a partir de 2014 e devendo decorrer até 2020. Também este período se demarca por uma contração com o objetivo de reconfigurar as FA para um novo tipo de missões, diminuindo o efetivo no ativo em 13,5% entre 2014 e 2019. Também neste período existem diferenças entre os sexos, sendo que os militares do sexo feminino diminuíram 9,8% enquanto que os militares do sexo masculino diminuíram 14,0%. Também durante este período, a perda de efetivos foi principalmente no RV/RC, facto que será aprofundado posteriormente.

Poderá argumentar-se que, para além destes fatores macro e de opções gestionárias dos ramos a nível das estruturas de efetivos, existirá alguma perda de competitividade e atratividade das FA face ao mercado de trabalho civil e opções educativas que são apresentadas ao jovem português da atualidade. Existiu um período em que, face ao resgate financeiro e às imposições da Troika em 2011, se verificou uma perda de incentivos à prestação do serviço militar, assim como algumas restrições temporárias a nível orçamental, que se têm procurado mitigar gradualmente. Ao nível da evolução da sociedade, os jovens portugueses possuem cada vez mais habilitações e ambições escolares e, por consequência, uma ideia de futuro profissional em que desempenhem funções mais diferenciadas – neste fator existem evidências para uma maior importância dada pelas mulheres a este aspeto [DGRDN, 2019a]. Ao nível institucional,

as FA evidenciam problemas de atratividade, quebra das expectativas detidas aquando o ingresso e problemas de satisfação organizacional dos seus militares [DGRDN, 2017, 2019b].

Ao considerar o global das FA, verificam-se as tendências gerais já evidenciadas, mas que neste nível de análise são genéricas e apresentam uma variação anual muito pequena – desde 2007 que a variação anual da percentagem de mulheres nas FA é menor que 1%. Este facto poderá sugerir que poucos ou nenhuns fatores externos, para além das preferências da própria população portuguesa e da contração de recursos humanos vivenciada pela instituição, provocou um impacto na proporção de mulheres nas FA. Revela-se assim imprescindível fazer uma decomposição destes indicadores e observar a realidade nos ramos, nos tipos de prestação de serviço e nas categorias.

Gráfico 3

#### A PROPORÇÃO DE MILITARES NOS TRÊS RAMOS, EM AMBOS OS SEXOS, DE 1993 A 2019

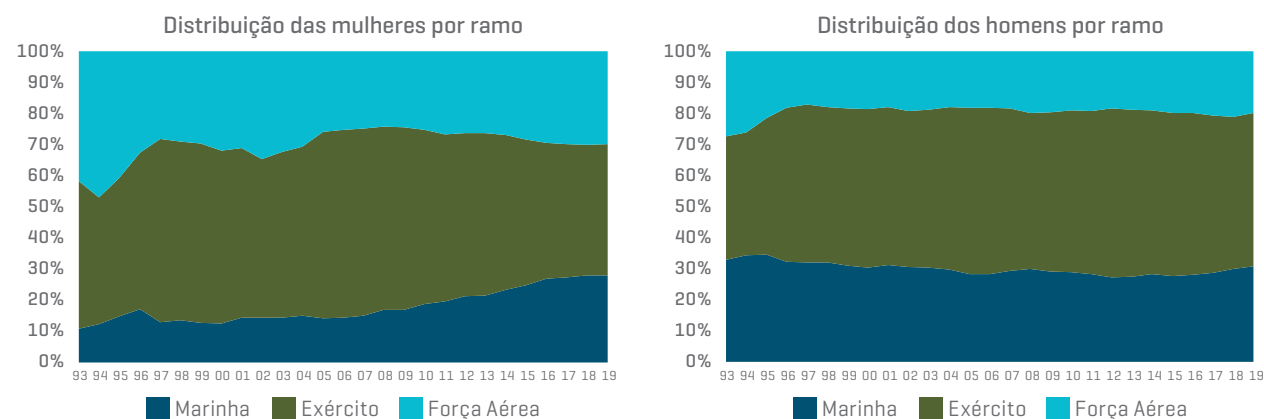
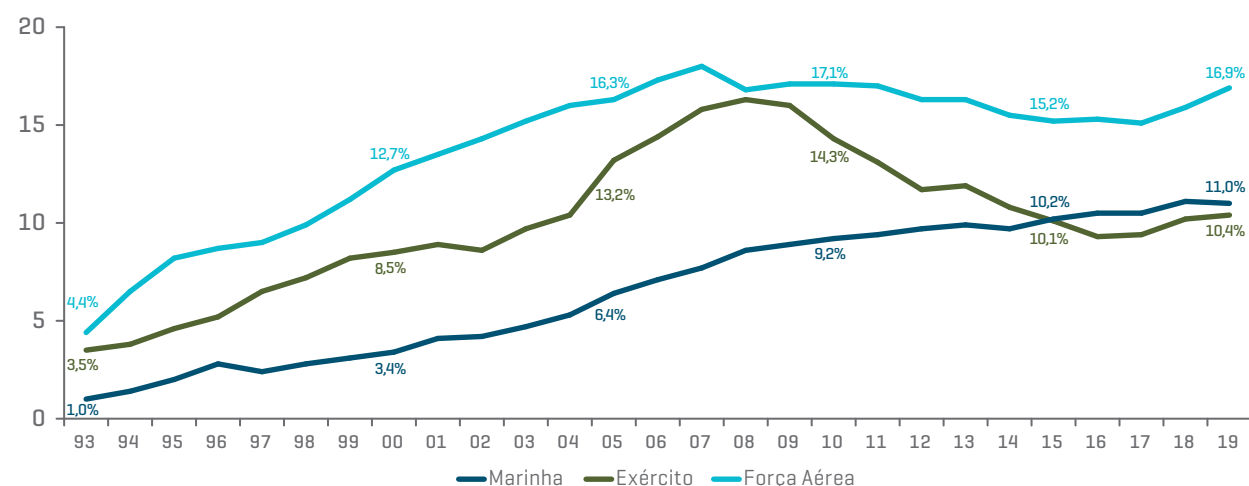


Gráfico 4

#### A PERCENTAGEM DE MILITARES DO SEXO FEMININO, POR RAMO, DE 1993 A 2019



Fonte: DGRDN – Ministério da Defesa, 2020

## Evolução dos efetivos: os três ramos das FA

Observada uma perspectiva geral, releva-se aprofundar o nível de observação da distribuição dos militares, começando pela evolução das proporções que cada sexo ocupa em cada um dos ramos face ao total de militares do mesmo sexo. Como prelúdio à análise dos gráficos 3 e 4, é importante referir que o número de militares em cada ramo não é equivalente. Em 2019, a Marinha detinha 30,4% do total de militares das FA, o Exército detinha 48,4% e a Força Aérea detinha 21,2%. Isto significa que em comparações de proporcionalidade é expectável que o Exército tenha sempre uma maior expressão. Também significa que, na eventualidade de se verificar uma dificuldade ou desafio que se expresse apenas (ou com maior gravidade) num dos ramos, a sua importância no total das FA variará consoante o peso que esse ramo detenha e consoante as suas especificidades.

No gráfico 3, é possível comparar a distribuição percentual dos militares do sexo masculino e do sexo feminino, em cada ramo e relativamente ao total de militares do respetivo sexo, ao longo do tempo.

Uma observação imediata permite constatar a existência de uma estabilidade na distribuição dos militares do sexo masculino, ou seja, de 1993 a 2019 as suas proporções mantiveram-se relativamente constantes. Assim, em 2019, 30,7% do total de militares do sexo masculino prestava serviço na Marinha, 49,3% no Exército e 20,0% na Força Aérea. Estas percentagens são coincidentes com as verificadas no total de militares das FA, precisamente pelos militares do sexo masculino serem quase 90% do total de efetivos. Nas militares do sexo feminino não se verifica a mesma estabilidade ao longo do tempo:

- Na Marinha existe um claro aumento da proporção de militares do sexo feminino face ao total, ao longo do período em análise. Em 2019 alcançou a sua proporção mais elevada até à data com 28,1% das militares do sexo feminino a servirem no ramo;

- No Exército verifica-se um aumento inicial seguido por uma contração até 2002. De 2003 a 2007 existe um aumento na ordem dos 10 pontos percentuais, culminando com 60,1% das militares do sexo feminino ao serviço. De 2008 até à data tem-se verificando uma diminuição do espaço que ocupa em relação aos restantes ramos, contabilizando 42,0% das mulheres ao serviço no ano de 2019;
- Na Força Aérea, verificam-se aumentos e diminuições até 2006, ano em que se começa a registar um aumento que se mantém até à atualidade. Em 2019, este ramo contabilizava 29,9% do total de mulheres ao serviço.

O gráfico 3 reportou os valores e tendências de distribuição do efetivo do sexo feminino por ramo. O gráfico 4 reporta a percentagem de militares do sexo feminino face ao efetivo total do seu ramo, desde 1993 até 2019, no tipo de prestação de serviço do QP ativo e do RV/RC. É possível constatar que as mulheres tem vindo a conquistar representatividade ao longo do tempo: de uma forma progressiva na Marinha, inicialmente com 1,0%, culminando com 11,0% em 2019; o Exército também teve um percurso inicial de aumento de representatividade que começou a decrescer em 2009, mantendo ainda assim uma evolução positiva já que inicialmente as mulheres representavam 3,5% do efetivo total e em 2019 representavam 10,4%; a Força Aérea demonstrou um aumento acentuado até 2007, apresentando depois um decréscimo que, embora apresente flutuações, parece evidenciar sinais de recuperação. A Força Aérea é o ramo com maior representatividade interna, aumentando de 4,4% em 1993 para 16,9% em 2019. Em números brutos, embora seja a Força Aérea que detém maior representatividade, possui menos militares do sexo feminino do que o Exército (e apenas mais 58 do que a Marinha) devido à sua estrutura total de efetivos ser menor do que a dos outros dois ramos.

## Evolução dos efetivos: as diferenças entre o tipo de prestação de serviço

As diferenças de duração do vínculo às FA que existem entre a prestação de serviço efetivo no QP (vínculo permanente) e em RV/RC (vínculo temporalmente definido) serão relevantes não só pela projeção profissional que um jovem cidadão poderá fazer ao escolher uma das vias, mas também pelos diferentes conteúdos funcionais e oportunidades profissionais associados a cada tipo de prestação de serviço.

Assim, será expectável que existam diferenças entre as estruturas de efetivos inerentes a cada vínculo. Na representação de militares do sexo feminino também se verificam estas diferenças, como é exposto no gráfico 5. Neste, é possível observar que a percentagem de militares do sexo feminino com vínculo permanente às FA tem vindo a aumentar gradualmente, ainda que a um ritmo lento, desde 1993 até 2019. Entre 2016 e 2017, o número de mulheres no QP ultrapassou pela primeira vez o número de mulheres no RV/RC tendo-se mantido assim até à data.

O mesmo não acontece com a prestação de serviço em RV/RC, em que houve um aumento mais acelerado até 2007, atingindo o auge com 4363 militares do sexo feminino. A partir desta data o número de mulheres tem vindo a decrescer até à atualidade. Esta descida divide-se em dois momentos:

**1.** O período de 2007 a 2013 em que o número de mulheres em RV/RC decresceu 39,9% [-1741 militares]. No mesmo período o número de homens decresceu ape-

nas 10,8% [-1594]. Embora proporcionalmente bastante diferentes, quantitativamente são decréscimos similares. O total de militares em RV/RC decresceu 17,4%, enquanto que os militares no QP cresceram 2,2% - o número de mulheres nos QP em 2013 tinha aumentado 81,4% face aos valores de 2007;

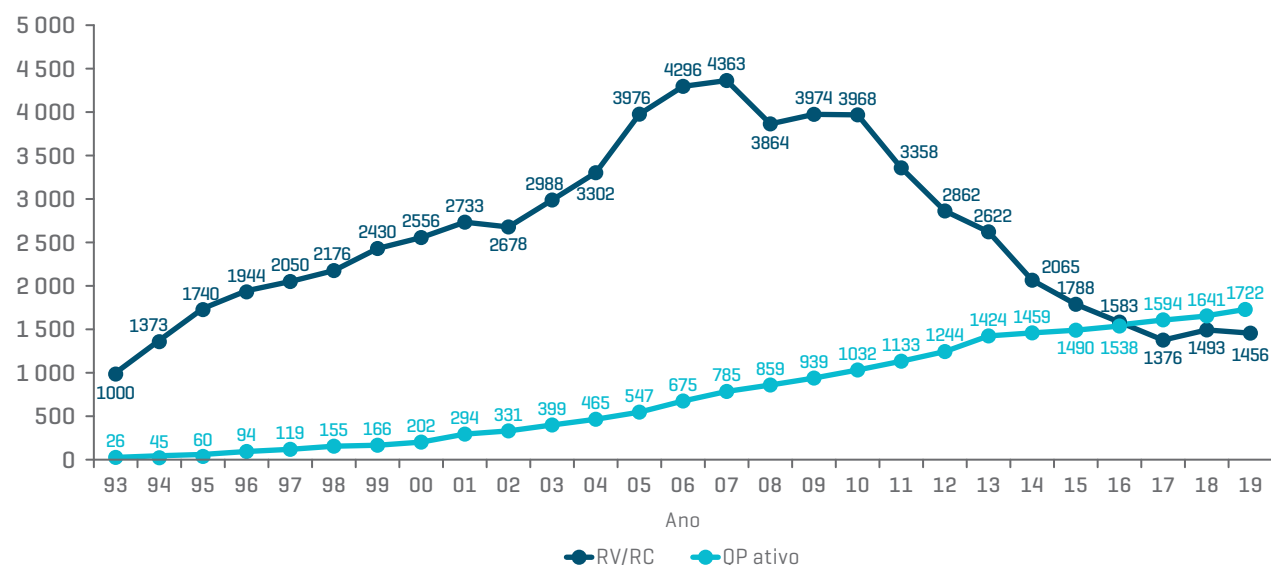
**2.** O período de 2013/14 até à atualidade, 2019, que corresponde à implementação da Diretiva Ministerial para a “Defesa 2020” e a uma redução do efetivo total das FA, por opção de gestão. Em 2019 as FA tinham reduzido o seu efetivo em 19,7% face a 2013. No entanto, os gestores optaram por determinar que esta redução não fosse equitativa - o RV/RC, concentrando em si o ónus da redução, diminuiu o efetivo em 38,5%, enquanto que o QP diminuiu em apenas 2,5%. Estes números traduzem-se numa redução de 37,3% nos militares do sexo masculino em RV/RC e numa redução de 4,6% no QP. A disparidade é mais pronunciada nas militares do sexo feminino -no RV/RC decresceram 44,5% [-1166] e no QP aumentaram 20,9% [+298].

A conclusão do gráfico 5 é que eventuais decréscimos de representação das mulheres nas FA não são um fenómeno generalizado, mas sim localizado - até agora na prestação de serviço em RV/RC.

O gráfico 6 ilustra as percentagens de mulheres face ao total de militares nos dois tipos de prestação de serviço, na última década. Ao contrário do que acontece com a informação quantitativa em que há uma

Gráfico 5

NÚMERO DE MILITARES DO SEXO FEMININO, NO QP ATIVO E NO RV/RC, DE 1993 A 2019



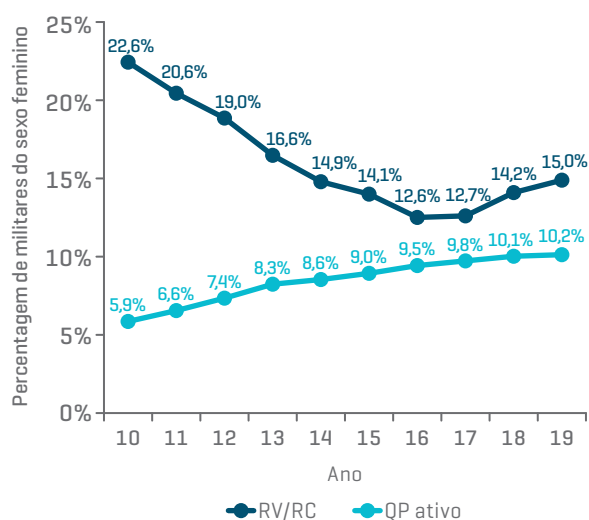
Fonte: DGRDN - Ministério da Defesa, 2020



interceção das linhas dos tipos de prestação de serviço, aqui o RV/RC tem sempre maior representação de mulheres do que o QP. Em 2019, 15,0% dos militares em RV/RC eram mulheres versus 10,2% dos militares no QP. Como foi possível observar no gráfico 1, 12,0% do total de militares nas FA eram mulheres. Como 63,3% do efetivo das FA no ano de 2019 é composto por militares do QP, a percentagem total de mulheres nas FA aproxima-se mais do valor de 10,2% [percentagem de mulheres nos QP] do que de 15,0% [percentagem de mulheres nos RV/RC]. Por contraste, no ano de 2010, a distribuição do efetivo total era de aproximadamente 50-50 entre QP e RV/RC. Deste facto decorreu que nesse ano de 2010 o total de percentagem de mulheres nas FA fosse de 13,4% - praticamente o ponto médio entre a percentagem total de mulheres no RV/RC [22,6%] e no QP [5,9%].

Para concluir esta secção, denote-se que existe heterogeneidade entre os ramos quanto às percentagens de representação – facto que poderá ser explicado devido às missões, funções e necessidades distintas que cada um possui e oferece. O gráfico 7 mostra a Força Aérea como tendo maior representação feminina nos dois tipos de prestação de serviço, seguido pela Marinha e, por último, pelo Exército. Este escalonamento não se traduz diretamente para o número de mulheres em cada ramo devido às diferentes estruturas de efetivos.

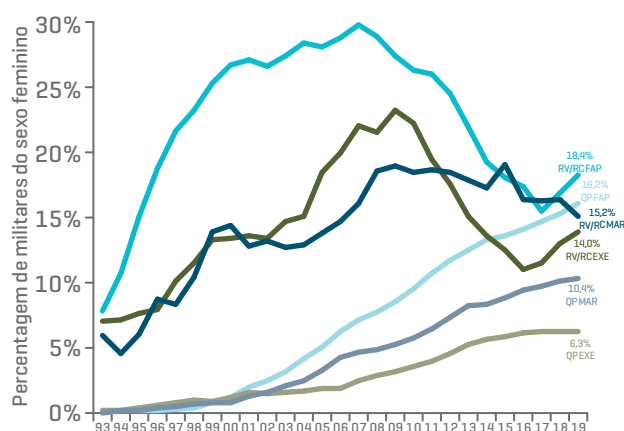
**Gráfico 6**  
**PERCENTAGEM DE MILITARES DO SEXO FEMININO, NO QP ATIVO E NO RV/RC, DE 2010 A 2019**



No ano de 2019, no QP ativo, o ramo com maior número de militares do sexo feminino era a Marinha com 717, seguido pela Força Aérea com 626 e pelo Exército com 379. No mesmo ano, para o RV/RC, o ramo com maior número de militares do sexo feminino era o Exército com 957, seguido pela Força Aérea com 324 e pela Marinha com 175. Assim, embora seja o Exército que possui uma menor percentagem de mulheres face ao efetivo total, é este ramo que tem ao serviço o maior número de mulheres nas FA.

Em termos de evolução ao longo do tempo, verifica-se um claro escalonamento no QP, em que desde 2001 que a Força Aérea possui a maior percentagem de mulheres face ao seu efetivo total no ativo, seguido pela Marinha e, por último, o Exército. Quanto ao RV/RC verificam-se maiores oscilações das tendências ao longo do tempo, fruto de fenómenos que já foram abordados neste artigo. A Força Aérea manteve-se até 2014 como o ramo com maior representatividade tendo-se, desde então, evidenciado uma aproximação [e nalguns anos inversão] à Marinha. O Exército iniciou o seu percurso com valores semelhantes à Marinha, tendo-se distanciado em 2003, e, em 2013 fruto da perda de efetivos, evidenciou ser o ramo com menor percentagem de militares do sexo feminino face ao total de militares no próprio ramo, posição que mantém até à data.

**Gráfico 7**  
**MILITARES DO SEXO FEMININO (%), NO QP ATIVO E NO RV/RC, PARA CADA RAMO, DE 1993 A 2019**



## Evolução dos efetivos: as diferenças entre as categorias

Na secção anterior foram descritas as tendências de efetivos quanto ao tipo de prestação de serviço. Aprofundando ainda mais a análise, considera-se agora a categoria das militares. A categoria [Oficial, Sargento ou Praça], influi na posição que o militar ocupa na hierarquia, nas funções que desempenha, na sua progressão profissional, no vencimento auferido, nas promoções a que tem acesso e noutros direitos e deveres inerentes à profissão. A prestação de serviço no QP, para além do vínculo permanente, permite também chegar, durante a carreira, aos postos intermédios e de topo da categoria na qual o militar está inserido.

No gráfico 8 apresenta-se o número de militares do sexo feminino nas FA, nos dois tipos de prestação de serviço considerados, e em cada uma das três categorias, desde o ano de 2013 até 2019 – o período de reestruturação das FA de acordo com a “Defesa 2020”.

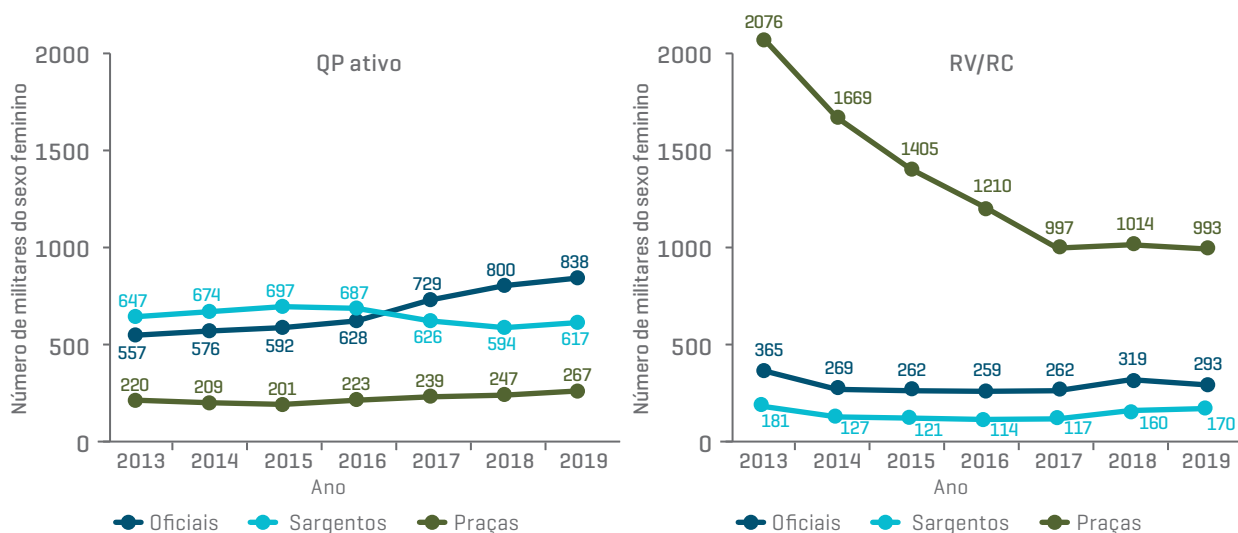
Como foi identificado anteriormente, existe um aumento do número de militares do sexo feminino no QP ao longo do tempo, no entanto para a categoria de sargentos houve uma diminuição nos anos de 2017 e 2018 que foi colmatada [numericamente] por um aumento, mais acentuado do que nos anos prévios, na categoria de Oficiais. Alguma desta diferença poderá ser devida a alterações ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas [EMFAR], nas quais os

Enfermeiros Militares que pertenciam à categoria de sargentos transitaram para a categoria de Oficiais. A categoria de Praças, que no QP apenas existe na Marinha, permanece relativamente estável ao longo do tempo. Comparativamente, de 2013 para 2019, as mulheres da categoria de Oficiais no QP aumentaram 50,4% enquanto que os homens apenas aumentaram 5,5%. Na categoria de Sargentos no QP, as mulheres diminuíram 4,6%, enquanto que os homens diminuíram 8,6%. Na categoria de Praças no QP, as mulheres aumentaram 21,4%, enquanto que os homens diminuíram 11,7%. Verifica-se, em todas as categorias, um crescimento percentual de efetivos maior nas mulheres do que nos homens.

No RV/RC, nas categorias de Oficiais e Sargentos, verifica-se uma evolução com alguma perda e alguma recuperação, mas com estabilidade relativa. Já na categoria de Praças, existe uma perda de mais de metade das militares do sexo feminino entre 2013 e 2019. O decréscimo evidenciado em vários dos gráficos anteriores é em grande parte devido a este decréscimo na categoria de Praças em RV/RC. Não obstante, entre 2017 e 2019 verificou-se uma estabilização. Comparativamente, de 2013 para 2019, as mulheres da categoria de Oficiais em RV/RC diminuíram 19,7% enquanto que os homens diminuíram 25,1%. Na categoria de Sargentos em RV/RC, as mulheres diminuíram 6,1%, enquanto que os homens

Gráfico 8

MILITARES DO SEXO FEMININO, NO QP ATIVO E EM RV/RC, POR CATEGORIA, DE 2013 A 2019



Fonte: DGRDN – Ministério da Defesa, 2020

aumentaram 62,5%. Na categoria de Praças em RV/RC, as mulheres diminuíram 52,2%, enquanto que os homens diminuíram 42,9%. Verifica-se, em todas as categorias, um crescimento percentual de efetivos maior nas mulheres do que nos homens.

Grande parte da atual dificuldade em equilibrar as estruturas de efetivos nas FA tem a sua origem no desequilíbrio que ocorreu e que levou à diminuição progressiva de efetivos em RV/RC, especialmente nas Praças. No período em análise, a Marinha perdeu 22,0% das suas Praças, o Exército perdeu 46,1% e a Força Aérea perdeu 48,7%. Embora todos os ramos tenham sido afetados, no Exército a situação é especialmente grave – como é o ramo com maior estrutura de efetivos da categoria de Praças, neste período perdeu 4869 militares.

Também nas percentagens de representação existe heterogeneidade, assim como o gráfico 9 permite demonstrar. Na categoria de Oficiais é onde se verifica a maior representação de militares do sexo feminino, com 34,2% do total de militares para o RV/RC e 13,8% do total de militares para o QP, no ano de 2019. Historicamente, para ambos os tipos de prestação de serviço é nesta categoria que existe maior percentagem de mulheres. A categoria que tem menor representação percentual total é a de Praças (existindo uma inversão com as Sargentos do QP em 2018 e 2019). Não obstante, a categoria de Praças é a que tem ao serviço

o maior número de mulheres nas FA, 1261 no ano de 2019. Segue-se a categoria de Oficiais com 1131 e a categoria de Sargentos com 787, para o mesmo ano.

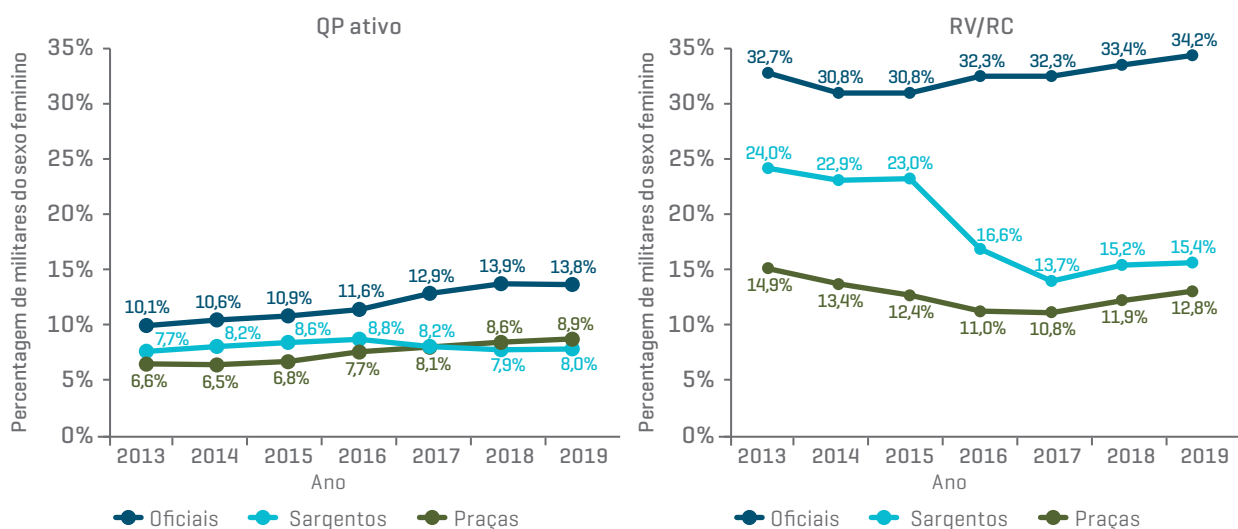
A situação dentro dos ramos também é díspar. Considerando a percentagem de militares do sexo feminino no ano de 2019 a prestar serviço no QP, tem-se: na categoria de Oficiais uma percentagem do total de 19,3% militares na Força Aérea, 17,0% na Marinha e 8,4% no Exército; na categoria de Sargentos 14,1% na Força Aérea, 7,0% na Marinha e 4,4% no Exército; na categoria de Praças (que apenas existe na Marinha) a expressão de militares do sexo feminino é 8,8% do total de militares.

Considerando a percentagem de militares do sexo feminino no ano de 2019 a prestar serviço em RV/RC, tem-se: na categoria de Oficiais uma percentagem do total de 41,6% na Marinha, 34,3% na Força Aérea e 31,2% no Exército; na categoria de Sargentos 16,1% na Força Aérea, 15,1% no Exército e nenhum militar (do sexo masculino ou feminino) na Marinha; na categoria de Praças 14,2% na Força Aérea, 12,8% no Exército e 11,2% na Marinha.

É possível que a maior representação de mulheres nas categorias hierarquicamente superiores possa ser, em parte, explicada pela especificidade e complexidade das funções que aí se encontram e que se coadunam com uma maior habilitação escolar. Optar pelo QP implica um compromisso (a priori para a vida toda)

Gráfico 9

MILITARES DO SEXO FEMININO (%), NO QP ATIVO E NO RV/RC, POR CATEGORIA, ENTRE 2013 E 2019



Fonte: DGRDN – Ministério da Defesa, 2020

com a carreira militar, sendo que o/a jovem que escolhe este percurso ambiciona, na maioria dos casos, trabalhar no e para o meio militar – esta área será a sua vocação e profissão. Optar pelo RV/RC não implica esse compromisso de carreira, nem implica que os jovens tenham optado por seguir o ensino militar através das academias. Nas categorias onde se verifica maior representatividade de mulheres, estes cidadãos já ingressaram nas FA, na maioria das situações, com o Ensino Superior completo (requisito obrigatório para os Oficiais). As funções que desempenham são diferenciadas e é nestas duas categorias onde se verifica uma menor dificuldade de recrutamento. É também nestas categorias que se encontram funções com equivalência direta a uma habilitação universitária e consequente profissão civil (por exemplo, apenas militares na categoria de Oficiais poderão exercer Psicologia, Arquitetura, Direito ou Engenharia).

Estes factos remetem-nos para possíveis explicações de uma potencial perda de atratividade da profissão militar junto dos jovens portugueses.

No Estudo realizado anualmente sobre o Dia da Defesa Nacional tem sido possível aferir que os jovens portugueses estão cada vez mais escolarizados. Em 2019, 75,2% dos jovens frequentavam ou tinham concluído o 12.º ano, ou já frequentavam o Ensino Superior. Mas existem diferenças entre os sexos: 28,4% das jovens do sexo feminino já frequentavam o Ensino Superior versus

19,3% dos jovens do sexo masculino. Relativamente às suas ambições, 73,9% de todas as jovens do sexo feminino que participaram neste dever pretendem concluir o Ensino Superior versus apenas 57,5% dos jovens do sexo masculino com a mesma ambição (DGRDN, 2020).

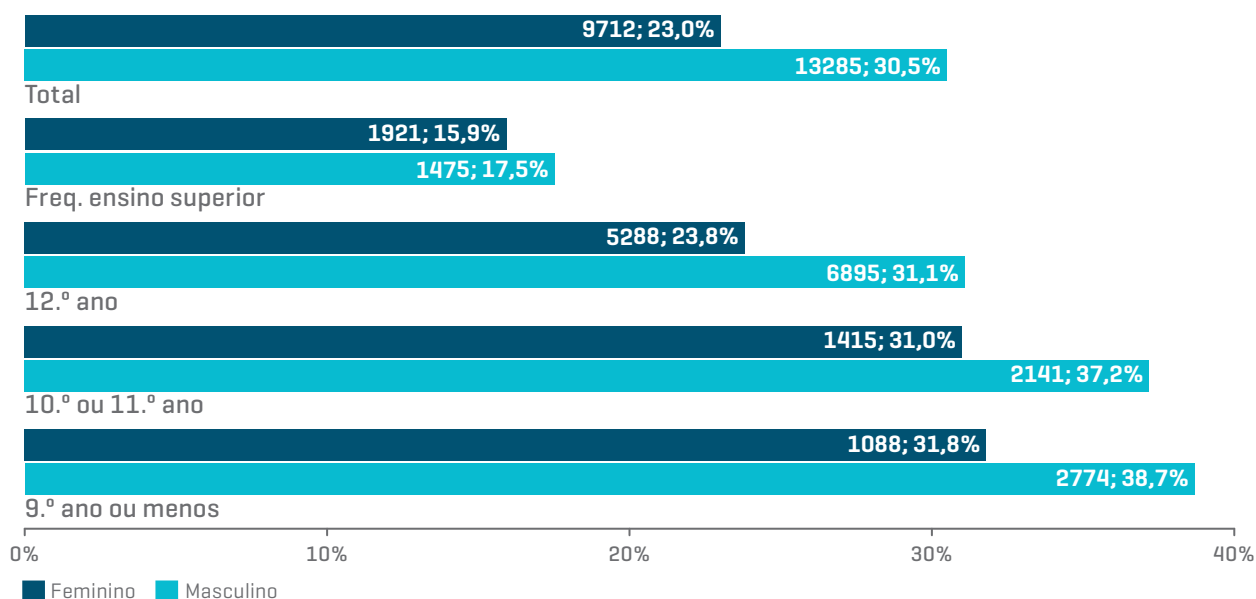
Também é aferido se os jovens, tendo em conta as diversas opções que podem definir a sua vida profissional, ponderam ou não ingressar nas Forças Armadas no RV/RC, num futuro próximo. 26,7% do total de inquiridos disseram que sim, 41,3% que não sabem e 31,9% que não. Decompondo estes valores por sexo, 23,0% das jovens do sexo feminino disseram que sim, 41,8% que não sabem e 35,2% que não. 30,5% dos jovens do sexo masculino disseram que sim, 40,8% que não sabem e 28,7% que não. Evidencia-se aqui uma menor intenção de ingresso junto das jovens do sexo feminino na ordem de menos 7,4 pontos percentuais (DGRDN, 2020).

Cruzando estas informações, obtém-se o gráfico 10, onde é possível comparar os jovens com interesse em ingressar no RV/RC medido através da questão discutida no parágrafo anterior, quanto ao sexo e à habilitação escolar. A percentagem representa os jovens que declaram interesse pelo ingresso face ao total de jovens com determinada escolaridade, e à esquerda da percentagem encontra-se o número de jovens que a percentagem representa.

Globalmente, as jovens do sexo feminino demonstram, para todas as escolaridades, um menor interesse no

Gráfico 10

#### COMPARAÇÃO ENTRE INTERESSE EM INGRESSAR NO RV/RC E ESCOLARIDADE FREQUENTADA OU CONCLUÍDA DOS JOVENS PARTICIPANTES NO DDN, POR SEXO, EM 2019



Fonte: DGRDN, 2020

ingresso. Entre os jovens e as jovens, a menor distância regista-se na frequência do Ensino Superior em que as mulheres distam dos homens apenas -1,6 pontos percentuais. O padrão emergente nestes dados é que quanto maior é a escolaridade [concluída ou frequentada] menor é o interesse de ingresso. Também se verifica que o maior número de jovens, para ambos os sexos, se situa no 12º ano, razão pela qual as médias totais se assemelham às médias desta escolaridade. Em suma, o interesse e persecução de um maior grau académico encontra-se associado a uma menor atração/interesse pelo ingresso no RV/RC. As jovens mulheres são proporcionalmente mais escolarizadas [ou ambicionam maior escolarização] que os jovens, sendo este interesse potencialmente visto como incompatível com a prestação do serviço militar ou com certas especialidades dos ramos.

## Comparação internacional

O contexto internacional de integração das mulheres nas FA é também interessante, podendo funcionar como um benchmark do progresso feito por Portugal. Configura-se igualmente como uma possível fonte de replicação de políticas de sucesso pelo que se justifica a sua inclusão neste artigo. De particular relevo são os países membros e parceiros da NATO. Sumariamente,

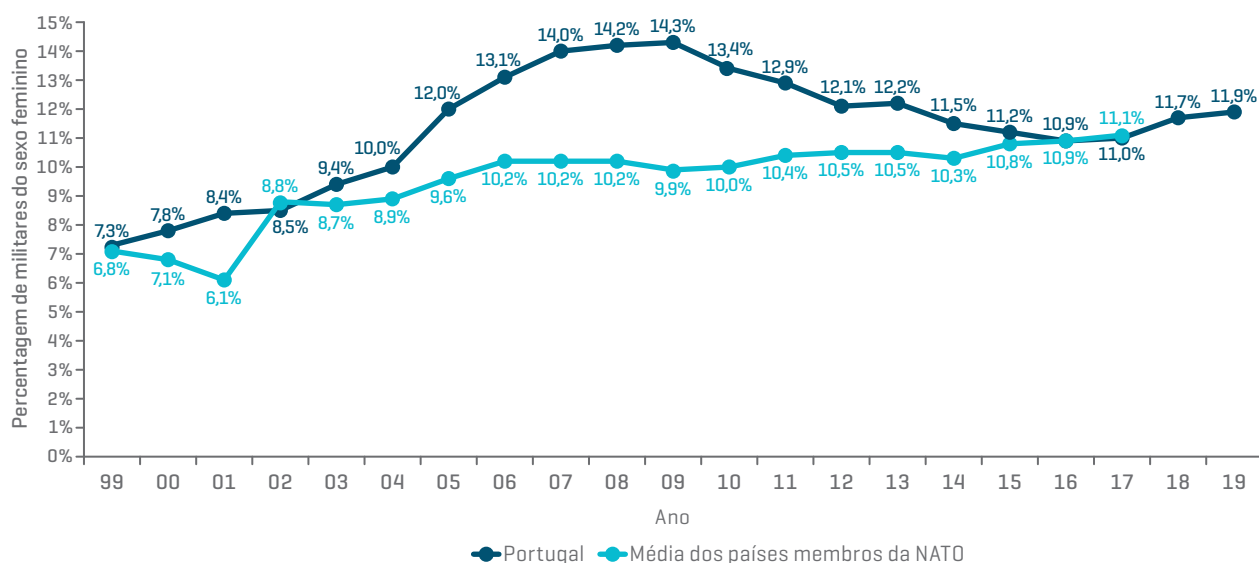
esta organização foi fundada com o objetivo de garantir a segurança e a liberdade mútua dos seus países membros [atualmente totalizam 29 países] através de meios políticos e militares. Os dados da NATO foram extraídos relatório intitulado 2017 Summary of the National Reports of NATO Member and Partner Nations to the NATO Committee on Gender Perspectives, que se reporta até ao ano 2017 e se configura como a fonte mais atual desta informação. É de notar que nas comparações efetuadas serão considerados apenas os militares no ativo, excluindo-se os militares na reserva de fora da efetividade de serviço.

No gráfico 11, através de uma comparação entre a percentagem média de mulheres nas FA dos países membros da NATO com a percentagem de mulheres nas FA portuguesas, verifica-se que Portugal se tem mantido sempre muito próximo da média NATO, estando acima desta pelo período consecutivo de 2003 a 2015. Em 2016, o decréscimo da proporção de militares do sexo feminino que se tinha vindo a verificar em Portugal atingiu o mesmo valor da média da NATO, mantendo-se praticamente igual também no ano de 2017. A representatividade no nosso país deve ser considerada positiva, aparentando uma atual recuperação, mas ainda com margem de crescimento.

Para o ano de 2017, como demonstra o gráfico 12, o país com maior percentagem de militares do sexo feminino foi a Hungria, com 19,3%. A Turquia, por

Gráfico 11

**PERCENTAGEM DE MILITARES DO SEXO FEMININO NAS FA PORTUGUESAS E DOS PAÍSES MEMBROS DA NATO, DE 1999 ATÉ 2017**

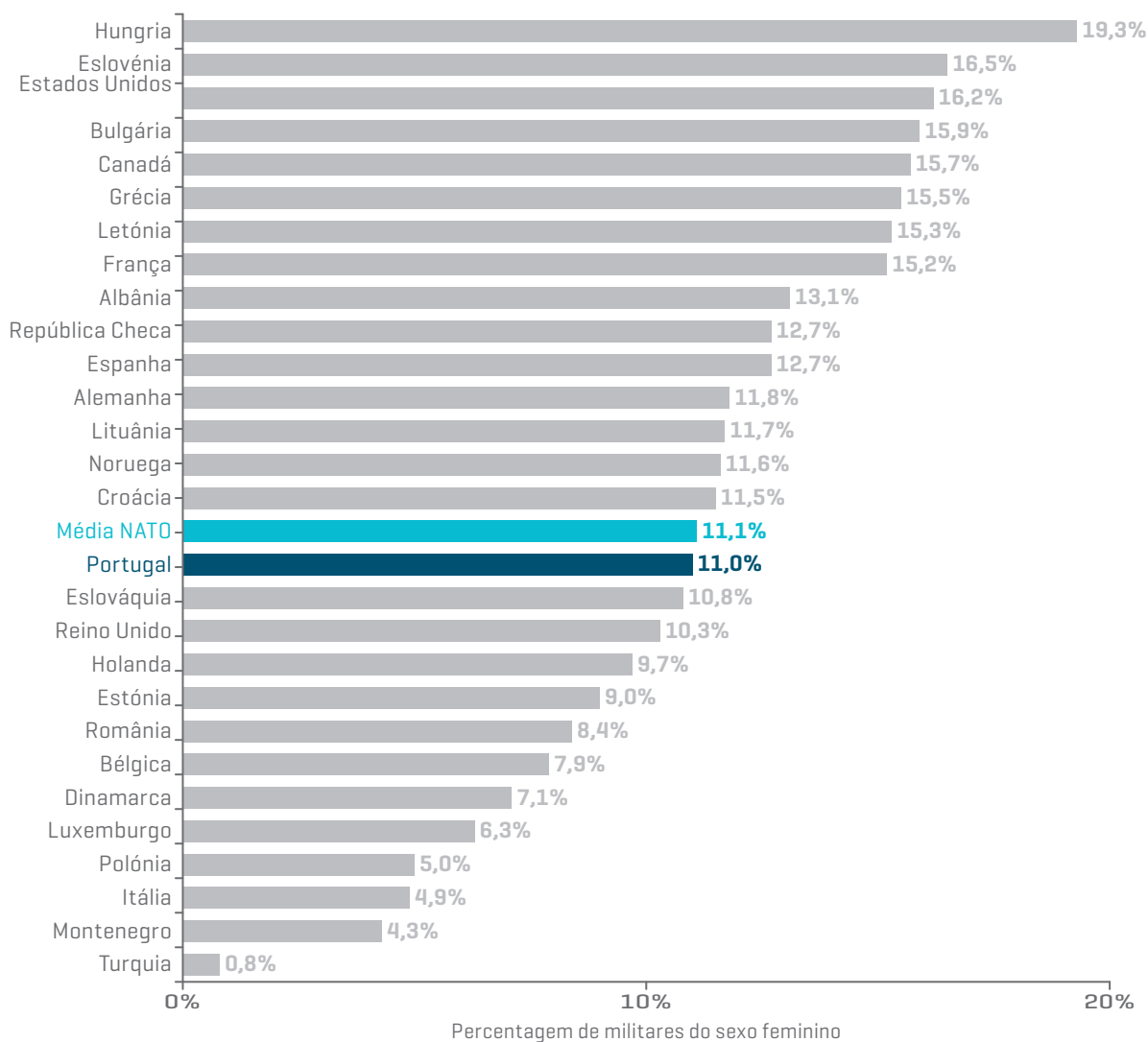


oposição, apenas tem 0,8% de mulheres nas suas FA. Portugal, como já tinha sido referido, posiciona-se no meio destes valores de representatividade com 11,0%, muito próximo de países como o Reino Unido, a Eslováquia, a Noruega, a Croácia e a Alemanha. Uma conclusão relevante desta comparação será a da adequação de objetivos de representatividade face à realidade. Ou seja, embora se deva almejar a maior percentagem de representação possível, a comparação com o panorama internacional revela que: ainda não existem exemplos de uma representação total

de 50%, pelo que fixar objetivos dessa ordem (ou próxima) a curto ou médio prazo parece ser desadequado; o crescimento lento mas constante que o nosso país tem feito, demonstra bons resultados pelo que será importante continuar esse esforço e não permitir a sua erosão devido aos outros problemas associados à prestação do serviço militar; poderão ser estudadas as políticas de outros países semelhantes ao nosso, mas com maior percentagem de mulheres nas FA, para perceber que boas práticas se podem apreender.

Gráfico 12

#### MILITARES DO SEXO FEMININO NO ATIVO NAS FA DOS PAÍSES MEMBROS DA NATO, POR PAÍS, EM 2016



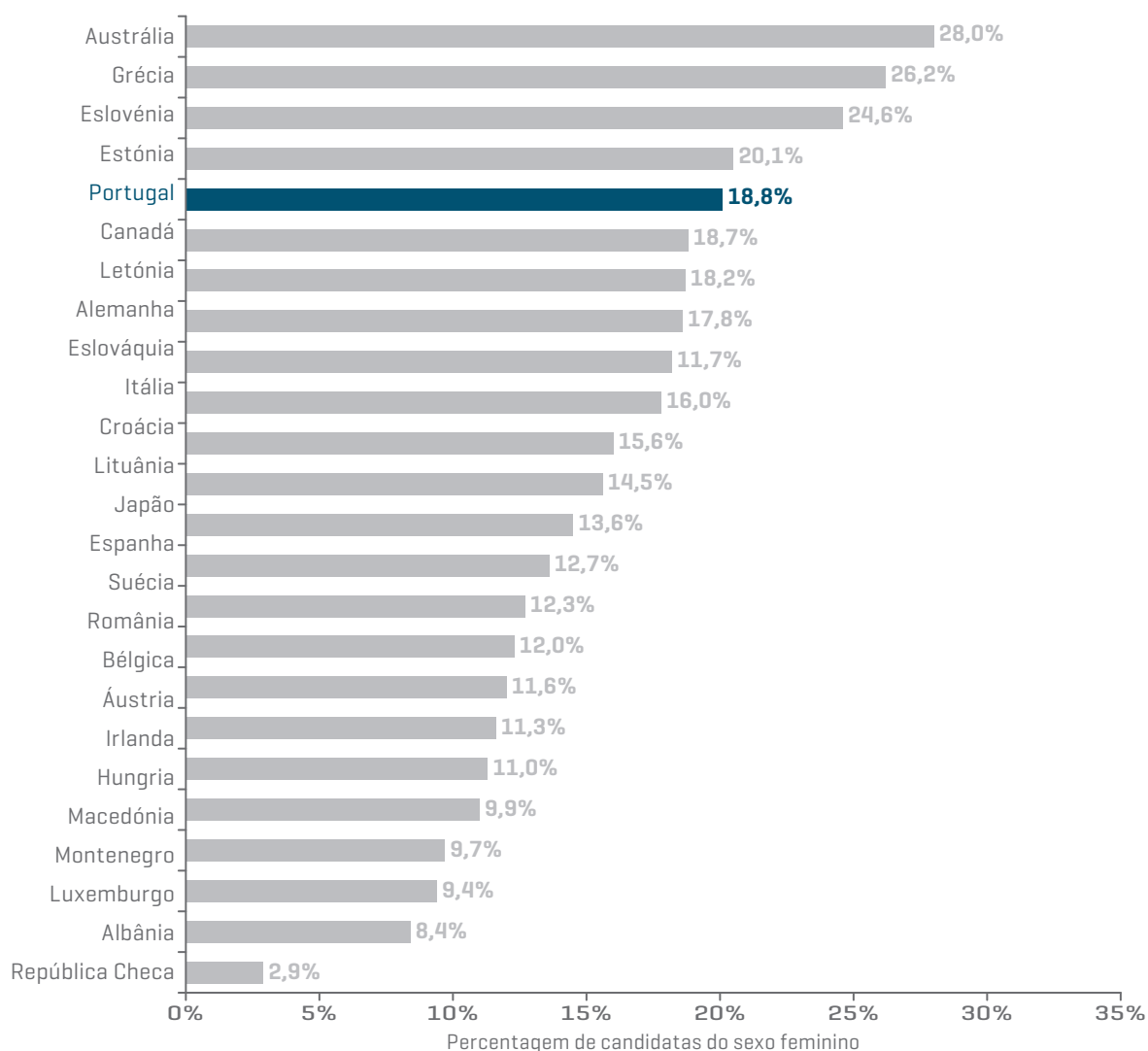
Fonte: DGRDN – Ministério da Defesa, 2020, NATO, 2019

O carácter voluntário do serviço militar implica que os efetivos das FA sejam alimentados através de mecanismos de recrutamento que atuem permanentemente, pelo que é necessário gerar, através de mecanismos de marketing e divulgação, interesse nas FA e na profissão militar. O objetivo final será converter esse interesse em candidaturas ao serviço militar. Como é possível observar no gráfico 13, 20,1% das candidaturas em Portugal no ano de 2017 foram feitas por mulheres, um número com potencialidade de crescimento. A Austrália

é o país que apresentou uma maior proporção de candidatas face ao total, com 28,0% e a República Checa o que apresentou uma menor proporção, com 2,9%. É de notar que uma elevada percentagem de candidatas não se traduz diretamente numa grande representação de militares do sexo feminino nas FA. A Hungria possui a maior percentagem de militares do sexo feminino de todos os países em análise e, no entanto, é o sexto país com menor percentagem de candidatas face ao total de candidaturas.

Gráfico 13

### PERCENTAGEM DE CANDIDATAS FACE AO TOTAL DE CANDIDATURAS NOS PAÍSES MEMBRO DA NATO E PARCEIROS, POR PAÍS, EM 2017



Fonte: NATO, 2019

No gráfico 14, é possível observar a proporção de recrutas do sexo feminino face ao total de recrutas, por país em 2017. A taxa de atrição entre candidatura e recruta é bastante heterogénea entre países. Em Portugal, existiu uma diminuição de 3,2 pontos percentuais de um indicador para o outro. Isto significa que do universo de candidaturas do sexo feminino, um número proporcionalmente maior do que as candidaturas do sexo masculino não chegou à fase da recruta – poderão ter decidido não prosseguir com o processo de candidatura ou terem sido eliminadas durante as provas de seleção. A Austrália e a Eslovénia são dois países onde ocorreu o fenómeno inverso – a proporção de recrutas aumentou face à proporção de candidatas.

Em suma, embora Portugal não esteja na vanguarda dos países membros da NATO quanto à percentagem de mulheres nas suas FA, também não se encontra na retaguarda, demonstrando estar num percurso que se desenvolve lenta, mas progressivamente. É relevante que, embora Portugal se encontre na média NATO quanto à percentagem de militares do sexo feminino, encontra-se nos cinco países de topo com maior percentagem de candidatas e nos dez países de topo quanto à percentagem de recrutas do sexo feminino, no ano em análise. Pelo facto de estarem a ser

comparadas percentagens e não os números brutos, é difícil apurar o efeito que uma maior proporção de candidatas e/ou recrutas irá ter na estrutura de efetivos das FA de um determinado país. Isto porque, se o número total de candidatos ou recrutas for diminuto [ainda que com percentagens de candidatas/recrutas do sexo feminino elevadas], e a estrutura de efetivos das FA for relativamente grande, ou desequilibrada quanto ao tipo de prestação de serviço, pouco ou nada se irão refletir estes ingressos na proporção entre os militares de ambos os sexos. Por outro lado, as especificidades do serviço militar em cada país, assim como a cultura de Defesa das diversas nações e há quanto tempo é que cada país já integrou mulheres nas suas fileiras, são fatores que influenciarão as percentagens expostas no gráfico 14. Esta análise comparada, ainda que não objetive conclusões absolutas, permite situar Portugal junto dos seus Aliados. As nossas FA situam-se na média NATO quanto à proporção de militares do sexo feminino, mas situam-se em posições de topo quanto à percentagem de candidatas e recrutas do sexo feminino – daqui poderá inferir-se que existe uma maior atratividade pelo serviço militar junto das mulheres do que se poderia concluir observando apenas a percentagem de militares do sexo feminino.

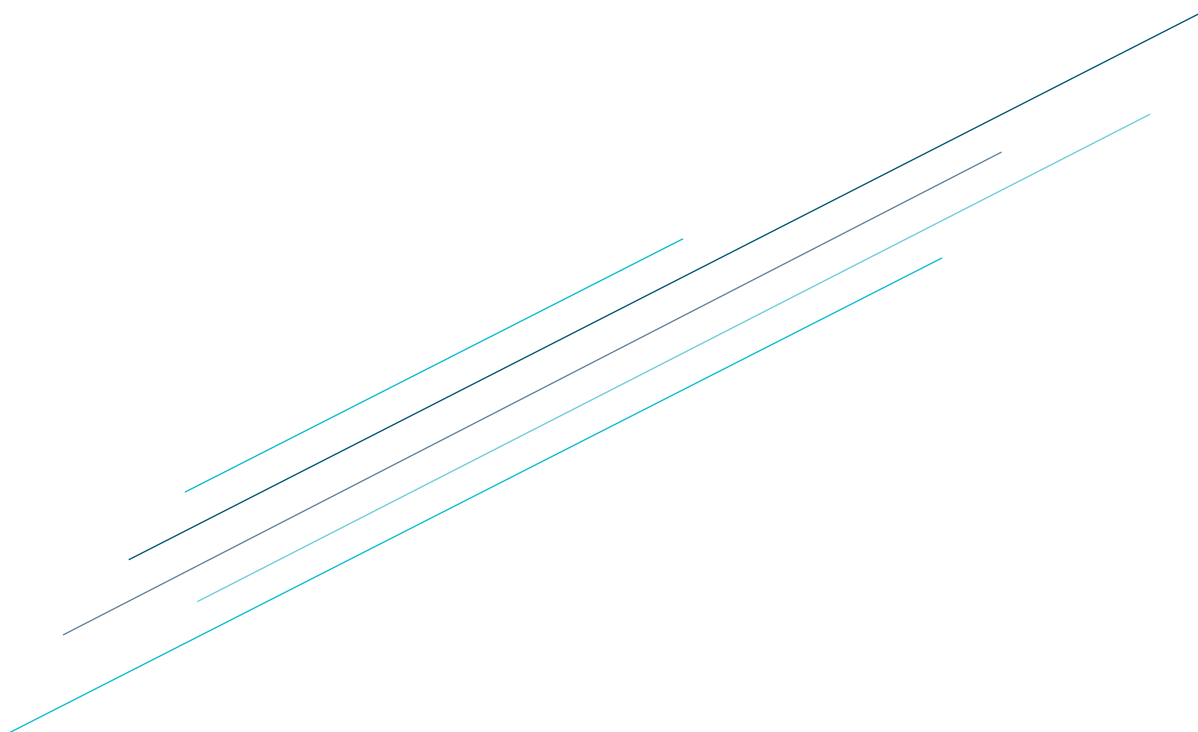
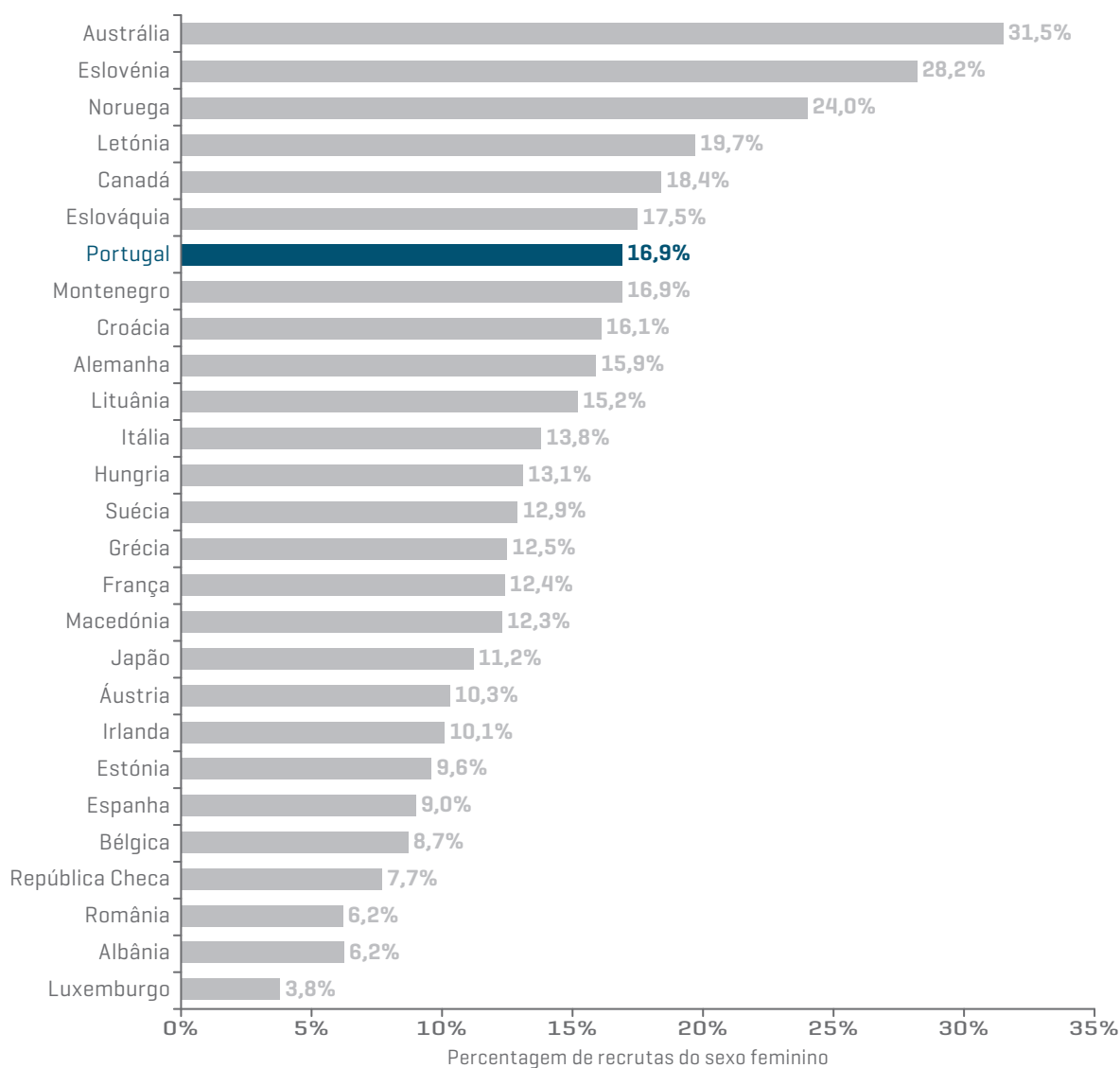




Gráfico 14

**PERCENTAGEM DE RECRUTAS DO SEXO FEMININO COMPARADO COM O TOTAL DE RECRUTAS NOS PAÍSES MEMBRO E PARCEIROS DA NATO, POR PAÍS, EM 2017**



Fonte: NATO, 2019

## Militares ao serviço

Esta secção apresenta dados do Estudo de Caracterização Sociodemográfica e de Satisfação Organizacional dos Militares do Regime de Voluntariado e de Contrato dos três Ramos das FA [DGRDN, 2017]. A abrangência do Estudo, tanto ao nível de áreas abordadas como do número de militares RV/RC abrangidos, assim como a temática deste documento, implica que o atual enfoque seja apenas num brevíssimo conjunto de resultados. Utilizou-se uma metodologia de carácter quantitativo, sustentada na aplicação de um inquérito por questionário preenchido presencialmente, aplicado entre junho e novembro de 2016, por todo o território continental e regiões autónomas onde existem instalações militares. A amostra abrangeu 70% dos militares RV/RC ao serviço na data da recolha, perfazendo um total de 7321 inquiridos. 86,3% dos militares são do sexo masculino e 13,7% do sexo feminino, configurando-se estas proporções como muito próximas da realidade. Assim, as militares do sexo feminino totalizaram 977. Destas, 156 prestavam serviço na Marinha, 580 no Exército e 241 na Força Aérea. Relativamente à escolaridade, verifica-se alguma heterogeneidade entre os sexos: nos militares do sexo masculino, 24,9% possuía habilitações académicas inferiores ao 12º ano, 65,9% possuía o 12º ano de escolaridade e 9,2% possuía o Ensino Superior; nas militares do sexo feminino, 10,3% possuía habilitações académicas inferiores ao 12º ano, 61,6% possuía o 12º ano de escolaridade e 28,2% possuía o Ensino Superior. Esta tendência para uma maior escolarização por parte das mulheres é mantida nos três ramos das FA. A situação em que os militares se encontravam antes do seu ingresso no serviço militar era, na maioria dos inquiridos, a de estudante ou trabalhador por conta de outrem [DGRDN, 2019b].

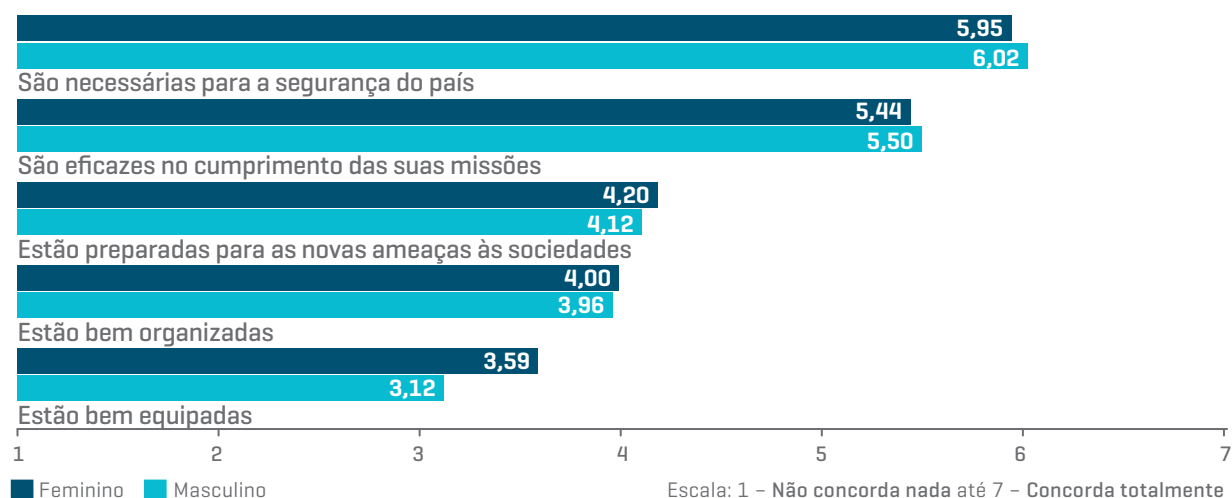
A relação da cidadã com as FA é influenciada pelas representações que detém sobre a instituição. Assim, apresenta-se a imagem que os militares possuem sobre as FA através das representações institucionais [gráfico 15] e das representações profissionais [gráfico 16].

Para aferir as representações institucionais, foi pedido aos militares RV/RC que manifestassem o seu grau de concordância relativamente a um conjunto de afirmações que visavam avaliar o que pensam acerca da necessidade de o país ter FA, assim como a sua perceção do grau de organização, preparação e eficiência destas. Através do gráfico 15, é possível observar que existe uma elevada concordância com a utilidade das FA ao nível da segurança nacional e também com a sua eficácia no cumprimento das missões que lhe são atribuídas. Os inquiridos do sexo masculino apresentam uma média ligeiramente superior às inquiridas do sexo feminino, mas a diferença é mínima.

As restantes três dimensões estudadas apresentam uma concordância média perto ou abaixo do ponto médio da escala. Destas, releva-se a neutralidade relativamente à preparação face a novas ameaças e à sua boa organização, indicando uma grande diversidade de opinião face a estas dimensões. Os inquiridos expressaram uma não concordância com a afirmação de que as FA estão bem equipadas. Ainda assim, a opinião dos militares do sexo masculino é mais negativa do que a das militares do sexo feminino. Esta diferença talvez possa ser explicada pelo tipo de especialidades e funções que ambos os sexos tendem a desempenhar e a preferir, levando a que possam ter opiniões diferentes decorrentes da realidade que conhecem.

Gráfico 15

### MÉDIA DAS REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS DOS MILITARES EM RV/RC



Fonte: DGRDN, 2017

Foi repetido um procedimento semelhante para aferir as representações profissionais. O foco destas representações é a percepção que os militares detêm acerca da proposta de valor apresentada pelas FA na ótica de empregador. Uma análise imediata do gráfico 16 revela que todos os valores de concordância média se encontram próximos do ponto médio da escala, demonstrando também uma dispersão da opinião dos inquiridos.

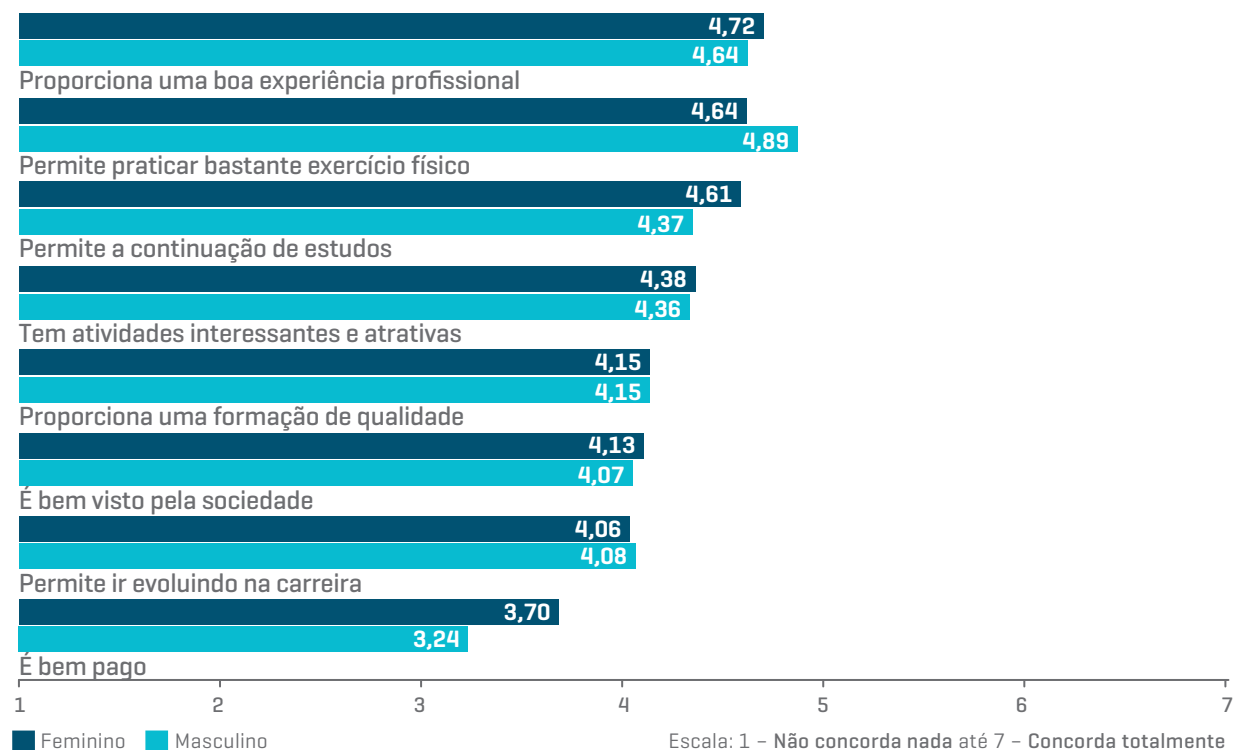
Não obstante, a capacidade de proporcionar uma boa experiência profissional é a que gerou maior concordância para os militares do sexo feminino e a possibilidade de praticar exercício físico para os militares do sexo masculino. De notar que existe uma diferença de concordância quanto ao facto de um emprego nas FA permitir a continuação dos estudos em que as militares do sexo feminino apresentam uma concordância média de 4,61 e os militares do sexo masculino apresentam uma concordância média ligeiramente menor, de 4,37. O facto de ser um emprego bem pago é a representação que apresenta menor concordância em ambos os sexos, ainda que os homens demonstrem uma menor concordância [média de 3,24] do que as mulheres [média de 3,70].

Relativamente às motivações subjacentes ao ingresso nas FA, as militares do sexo feminino inquiridas expressa-

ram a importância de diversas razões para esse ingresso [através de uma escala de 1 – nada importante a 7 – muito importante], o que permitiu apurar quais as três principais: em primeiro, servir Portugal/participar na defesa e representação do país, com uma média de 5,36; em segundo, atração pelos valores característicos da vida militar, com uma média de 5,16; em terceiro, poder continuar os estudos ou obter formação, com uma média de 5,08. Esta informação indica-nos não só a importância que as militares atribuem em se identificar com aspetos simbólicos do serviço militar, mas também a primazia que é dada à prossecução de formação ou habilitações literárias. Os militares do sexo masculino diferem deste ranking apenas na terceira motivação que foi a atração pelas atividades e missões das FA. No oposto do espectro, as razões com menos importância são as que estão associadas ao ingresso por pressão de fatores externos: não conseguir arranjar outro tipo de emprego, com uma média de 3,22; influência da família ou dos amigos [para ingressar], com uma média de 3,09; sair de casa e da área de residência, com uma média de 2,41. Estas últimas apontam para o ingresso da maioria das militares como uma decisão autónoma e radicada numa identificação com a [ou aspetos da] profissão militar. Os militares do sexo

Gráfico 16

#### MÉDIA DAS REPRESENTAÇÕES PROFISSIONAIS DOS MILITARES EM RV/RC



masculino apresentaram as mesmas três razões como as menos relevantes para a sua motivação de ingresso.

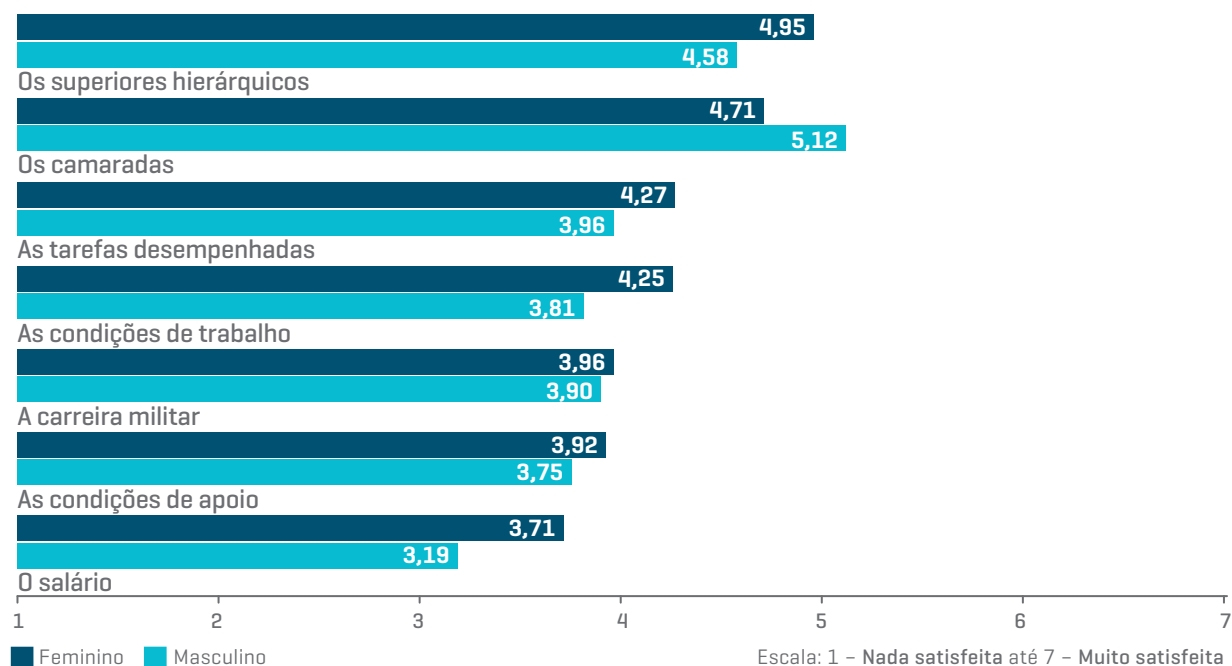
O Estudo também aferiu a satisfação organizacional dos militares em RV/RC através de um conjunto detalhado de perguntas sobre diversos aspetos cujos índices se apresentam no gráfico 17. Para as militares do sexo feminino, as dimensões do relacionamento interpessoal com superiores e camaradas são as que demonstram maiores níveis de satisfação média. Segue-se, próximo do ponto médio, a satisfação com as tarefas desempenhadas (interesse, variedade, adequação e experiência) e as condições de trabalho (horários, instalações e qualidade de equipamentos). As últimas três dimensões, carreira militar, condições de apoio (alimentação, alojamentos e espaços de convívio) e salário, encontram-se abaixo do ponto médio da escala, revelando baixa satisfação nestas dimensões. Todos os indicadores estudados, com exceção do grau de satisfação com a carreira militar, apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre os sexos. As militares do sexo feminino apresentam uma maior satisfação média do que os militares do sexo masculino em cinco dos seis indicadores estudados. Este resultado inverte-se na satisfação com os camaradas em que os militares do sexo masculino obtiveram uma satisfação média de 5,12 e as militares do sexo feminino uma satisfação média de 4,71. Globalmente, os níveis de satisfação não são bons, sendo uma área que carece de intervenção.

Adicionalmente, inquiriu-se os militares sobre o grau de concretização das expectativas que detinham antes do ingresso através de uma escala de 1 – não se concretizaram nada até 7 – concretizaram-se totalmente. Com a ressalva de que poderá haver algum enviesamento da resposta na medida em que a situação atual interfere com a projeção que os inquiridos efetuam sobre o passado, a média obtida nesta resposta pelas militares do sexo feminino foi de 3,86 [nos militares do sexo masculino a média foi de 3,71]. Este valor está abaixo do ponto médio da escala demonstrando que, em muitos casos, não se concretizaram as expectativas detidas pelos militares.

Por último, inquiriu-se também sobre a satisfação com o percurso profissional [global] enquanto militar RV/RC, utilizando a mesma escala de satisfação do gráfico 17. Os militares do sexo masculino demonstraram uma baixa satisfação, através de uma média de 3,86. As militares do sexo feminino demonstraram níveis de satisfação ligeiramente superiores através de uma média de 4,06 que, ainda assim, se encontra no ponto médio da escala, revelando uma grande heterogeneidade em termos de satisfação [e insatisfação] com o seu percurso profissional nas FA. Certamente reflexo destes resultados, verificou-se que do total de inquiridos, apenas 58,3% dos homens e 67,9% das mulheres considera permanecer no RC até ao final do período máximo de contrato, os seis anos.

Gráfico 17

#### INDICADORES DE SATISFAÇÃO ORGANIZACIONAL DOS MILITARES EM RV/RC



Fonte: DGRDN, 2017

## Conclusão

Na atualidade, a integração positiva das mulheres nas FA portuguesas, assim como o objetivo de aumentar a sua representatividade dentro da organização, está a ser conseguido. Vários fatores contribuem para esta evolução, tanto ao nível de mudanças na sociedade, nas próprias FA e nos incentivos existentes nas políticas nacionais e internacionais, das quais são exemplos o recente Plano Sectorial da Defesa Nacional para a Igualdade 2019-2021 e o Plano de Ação para a implementação da RCSNU1325.

Derivado das múltiplas realidades das FA, referir apenas que a percentagem global de militares do sexo feminino poderá não ser a melhor maneira de retratar esta realidade multivariada. Como foi possível demonstrar ao longo deste artigo, a proporção global esconde as flutuações e opções de gestão sobre o total de efetivos das FA, o crescimento gradual mas constante do QP, as oscilações verificadas no RV/RC, as proporções entre os dois tipos de prestação de serviço, a grande representatividade na categoria de Oficiais RV/RC, o decréscimo acentuado na categoria de Praças RV/RC, a ambição das jovens portuguesas

de optarem e quererem optar por uma via académica superior, a proximidade de Portugal com a média NATO, o destaque de Portugal nas percentagens de candidatas e recrutas face aos outros países e os indicadores de satisfação organizacional preocupantes (em ambos os sexos), são nuances a ter em conta para além das tendências gerais.

Os vários indicadores analisados, assim como medidas que estão preconizadas pelos vários intervenientes, parecem indicar que, resolvendo alguns desafios generalizados da prestação do serviço militar, haverá uma continuidade e uma progressão da evolução que tem sido feita na matéria integração das mulheres nas FA.

Por tudo isto, este artigo deve ser entendido não como um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida. Procura sintetizar a informação que se encontra dispersa por muitas fontes, apresentar as linhas de tendência e as suas particularidades, contribuindo assim para que, na sua sequência, se desenvolvam análises mais finas sobre a temática da integração de género nas Forças Armadas portuguesas. Foi este o propósito do seu desenvolvimento.

## Bibliografia

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional [DGRDN]. [2017]. Estudo de caracterização sociodemográfica e de satisfação organizacional dos militares do Regime de Voluntariado e de Contrato dos três ramos das Forças Armadas.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional [DGRDN]. [2019a]. Os Jovens e as Forças Armadas – Estudo no âmbito do Dia da Defesa Nacional. Retirado de: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ea0852cc-44cc-4776-b780-7d70d8d1dc90>.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional [DGRDN]. [2019b]. Militares RV/RC: Características e Percepções. Retirado de: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=22b98c8a-a948-4a27-9053-9cb9bc8f43a7>.

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional [DGRDN]. [2020]. Os Jovens e as Forças Armadas – Estudo desenvolvido no âmbito do Dia da Defesa Nacional – 2019.

Lei do Serviço Militar [LSM]. [1999]. Lei n.º 174/99, de 21 de setembro – Diário da República, n.º 221, I Série-A, de 21 de setembro de 1999. Versão online no site: <http://dre.pt>.

Ministério da Defesa Nacional [MDN]. [2010]. Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 2010. Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.

Ministério da Defesa Nacional [MDN]. [2011]. Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 2011. Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.

Ministério da Defesa Nacional [MDN]. [2012]. Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 2012. Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.

Ministério da Defesa Nacional [MDN]. [2014]. Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 2013. Ministério da Defesa Nacional, Lisboa.

Ministério da Defesa Nacional [MDN]. [2019a]. Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar. Retirado de: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=846c5556-6f77-42c3-a6eb-c49347207a00>.

Ministério da Defesa Nacional [MDN]. [2019b]. Plano Sectorial da Defesa Nacional para a Igualdade 2019-2021. Retirado de: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=a654b649-aab0-4e93-8a7e-8105fe344c62>.

NATO. [2019]. 2017 Summary of the National Reports of NATO Member and Partner Nations to the NATO Committee on Gender Perspectives. Retirado de [https://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/pdf\\_2019\\_09/20190909\\_190909-2017-Summary-NR-to-NCGP.pdf](https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2019_09/20190909_190909-2017-Summary-NR-to-NCGP.pdf).

Presidência de Conselho de Ministros. [2019]. Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2019, Diário da República, n.º 33, I Série, de 15 de fevereiro de 2019, pp. 1258 a pp. 1260. Versão online no site: <http://dre.pt>.





# **RECURSOS DA DEFESA**

Direção-Geral de Recursos  
da Defesa Nacional

Abril de 2020